

Globethics Repository



Vivemos uma desindustrialização precoce
[We are living an early deindustrialization]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Ricupero, Rubens
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-19 21:49:28
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162249

“Vivemos uma desindustrialização precoce”

ENTREVISTA COM RUBENS RICUPERO

O economista Rubens Ricupero conversou com a IHU On-Line, por telefone, sobre a situação da política econômica do País. Para Ricupero, o Brasil vive hoje uma crise industrial, a qual ocorre “quando o peso da indústria no emprego e na produção começa a cair”. Para ele, todos os setores estão “atravessando um período de grave desindustrialização” porque cada vez mais consomem insumos importados do exterior. E, ao falar que o Brasil vive um “suave fracasso”, arremata: “uma economia que não consegue resolver o problema do emprego, da melhoria da renda para todos os setores da população, sem dúvida nenhuma, só pode merecer a qualificação de um fracasso”.

Ricupero, atualmente, é diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo. Foi secretário geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda no governo Itamar Franco. Diplomata de carreira desde 1961, exerceu, dentre outras, as funções de assessor internacional do presidente Tancredo Neves (1984/1985), de assessor especial do presidente da república José Sarney (1985/1987), de representante permanente do Brasil junto aos órgãos da ONU sediados em Genebra (1987-1991) e de embaixador nos Estados Unidos (1991-1993).

Rubens Ricupero concedeu uma entrevista à IHU On-Line publicada na 103ª edição, de 31 de maio de 2004, por ocasião de sua vinda à Unisinos, quando participou do Simpósio O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI, promovido pelo IHU. Artigos e entrevistas do economista também podem ser conferidos nas Notícias Diárias, disponíveis no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

IHU On-Line - Como o senhor caracteriza o capitalismo brasileiro no cenário internacional? Temos um padrão de desenvolvimento capitalista próprio, ou sempre estamos correndo atrás dos outros?

Rubens Ricupero - Eu caracterizo o capitalismo brasileiro da mesma forma que o fez magistralmente o professor Celso Furtado¹: é uma construção

¹ Celso Monteiro Furtado (1920 - 2004): foi um importante economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao

longo do século XX. Suas idéias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia. Trabalho no DASP e na Fundação Getúlio Vargas. Integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas. presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. No governo João Goulart, em 1962, foi Ministro do Planejamento. Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Exilado, mudou-se para o Chile e, mais tarde,

interrompida¹. Nós estávamos em processo de industrialização com base na integração do mercado interno, mas infelizmente esse processo sofreu uma interrupção que já dura praticamente pouco mais de duas décadas, desde a grande crise dos anos 1970, e até hoje não fomos capazes de reatar com essa proposta. Tivemos melhorias em alguns setores, sobretudo em relação ao perigo de uma hiperinflação, mas nunca fomos capazes de recobrar a capacidade de investir que tivemos no passado. Continuamos com taxas de

para os Estados Unidos, onde seria pesquisador na Universidade de Yale. Em 1965, mudou-se para a França, assumindo a cátedra de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris. Em 1981, filia-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De 1986 a 1988, foi o ministro da Cultura do governo José Sarney. Nos anos seguintes, retomou a vida acadêmica, sendo eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1997. Escreveu várias obras, das quais destacamos aqui *Uma economia dependente* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956); *Perspectivas da economia brasileira* (Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958); *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959); *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966); e *O capitalismo global* (São Paulo: Paz e Terra, 1998). Sobre as obras *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959), o Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) apresentou em 11 de setembro de 2003 no evento *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*. A editoria *Entrevista da Semana* da revista *IHU On-Line* na edição número 155, de 12 de setembro de 2005, repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Também o pensamento de Celso Furtado foi debatido na entrevista concedida por Luiz Gonzaga Belluzzo na edição número 190 da *IHU On-Line*, de 7 de agosto de 2006. No sítio do IHU pode ser conferida uma entrevista com Rodrigo Estramunho, no dia 04-04-2007, intitulada *O pensamento sociológico brasileiro*, no qual ele fala sobre pensamento brasileiro, destacando entre outras, as obras de Celso Furtado. No próximo dia 09 de maio de 2007, na *Quarta com cultura*, será debatido *O pensamento econômico de Celso Furtado*. No evento estará presente o Prof. Dr. André Moreira Cunha - UFRGS. A palestra será às 19h, na Livraria Cultura, do Bourbon Shopping Country, na Av. Túlio de Rose, 80 - Loja 302, Porto Alegre/RS. (Nota da *IHU On-Line*)

¹ FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida* (2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992). (Nota da *IHU On-Line*)

investimentos muito baixas. Estamos, hoje, passando por uma fase de aguda desindustrialização e, nesse panorama da globalização, não conseguimos, ao contrário da China e dos asiáticos, evoluir para um modelo que tirasse proveito do melhor desse processo internacional. Nós temos tirado proveito apenas do que é menos interessante, que é a demanda por produtos primários, pelos *commodities*² que vêm dos países que se industrializam mais rapidamente. Enquanto isso, nós, ao contrário, estamos cada vez mais dependentes de produtos baseados em recursos naturais, que são, por definição, muito vulneráveis às oscilações da economia mundial. Portanto, esse é o meu juízo: uma construção interrompida em que a formação de empresas brasileiras, sobretudo, as que seriam mais saudáveis, pequenas e médias empresas, com a geração de capacidade empresarial própria, têm sido muito sacrificada. Além disso, o fenômeno da globalização tem se dado, de um lado, através da exportação de *commodities* e, em boa parte, em mãos de grandes empresas de comercialização transnacionais, e de outro lado tem havido um grande ingresso de capitais estrangeiros, mas não para expandir a produção.

***IHU On-Line* - Atualmente, no Brasil, estamos vivendo uma crise industrial ou o que está acontecendo é um processo de reestruturação da indústria brasileira?**

Como o senhor avalia essa situação?

Rubens Ricupero - Vivemos uma crise de desindustrialização. Mas é preciso definir o que se entende por desindustrialização. Os economistas sabem

² **Commodities**: são produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidades, como soja, trigo, bauxita, prata, ouro, sementes e mudas. São produtos básicos, homogêneos e de amplo consumo, que podem ser produzidos e negociados por uma ampla gama de empresas. Podem ser produtos agropecuários, industriais, como tecido 100% algodão, poliéster, ferro gusa e açúcar; e até mesmo financeiros, ações de grandes empresas, títulos de governos nacionais etc. (Nota da *IHU On-Line*)

que há um tipo de desindustrialização que é positiva: aquela que ocorre em países maduros, como a Inglaterra e Suécia. Isso ocorre somente naqueles países que atingem um nível de renda *per capita* muito alta, a partir do qual a participação da indústria na produção e no emprego declina em termos relativos comparados aos setores de serviços que se tornam muito sólidos por causa da renda da população. Isso é a desindustrialização positiva. O que acontece entre nós, e em boa parte da América Latina, é um fenômeno mórbido, um desvio doentio desse padrão, que é a chamada desindustrialização, precoce ou prematura, que ocorre quando o peso da indústria no emprego, e na produção começa a cair quando a renda *per capita* é muito inferior à que existia nos países escandinavos, nos Estados Unidos, no Canadá ou na Inglaterra, quando esse fenômeno ocorreu. Muitas vezes esse fenômeno, na América Latina, ocorre quando a renda *per capita* é apenas um terço ou menos do que nos países industrializados. Com isso acontece o seguinte: a indústria se contrai, tem menos capacidade de gerar empregos. Mas o setor de serviços não tem ainda vigor para ocupar o espaço deixado vago pela indústria, uma vez que a renda baixa da população não permite que ela consuma serviços. Esse é o caso do Brasil, em que a imensa maioria da população muitas vezes não tem dinheiro nem para pagar um ônibus para ir para o trabalho.

Uma desindustrialização absoluta e relativa

O que está ocorrendo entre nós é a desindustrialização precoce. E aí também é importante fazer uma outra distinção: existe uma desindustrialização absoluta, que é quando a indústria de fato diminui de tamanho em termos absolutos em relação ao passado. É o que aconteceu na Argentina, por exemplo, no período em que eles perderam mais de 15 mil empresas. Mas existe um outro tipo de desindustrialização, que é a que prevalece no Brasil: a relativa. Ou seja, é preciso comparar o que

ocorre na indústria do Brasil com o que ocorre nas indústrias de países como a China, Índia e os asiáticos. E finalmente há um outro dado que é muito realçado pela UNCTAD¹, a organização da ONU em que eu trabalhei durante quase 10 anos, no seu relatório do ano de 2003. O que de fato caracteriza uma economia que reduz a distância que a separa das economias avançadas, capitalistas, é a capacidade de agregar valor ao produto industrial. Não é nem a exportação de manufaturados e nem mesmo a exportação de manufaturados de alto conteúdo tecnológico. Países como o México ou como a China são grandes exportadores de produtos manufaturados, inclusive eletrônicos, mas a base da linha de montagem é a chamada indústria maquiadora². É o que ocorre no Brasil, na Zona Franca de Manaus que produz esses telefones portáteis. Boa parte do miolo é importado. Quando existe esse fenômeno, o valor agregado é muito baixo. Para quem tem qualquer dúvida sobre isso, basta ler a última carta do IEDI³ (Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial), que publica um estudo minucioso de quase 40 setores industriais em

¹ UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento foi estabelecida em 1964, em Genebra, Suíça, atendendo às reclamações do países subdesenvolvidos. A UNCTAD é Órgão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mas suas decisões não são obrigatórias. Seu principal objetivo é incrementar o comércio internacional para acelerar o desenvolvimento econômico, coordenando as políticas relacionadas com países subdesenvolvidos. Para tal finalidade, a UNCTAD dedica-se a negociar com os países desenvolvidos para que reduzam os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de produtos originários de países subdesenvolvidos. (Nota da *IHU On-Line*)

² Indústria maquiadora: trata-se das "maquiladoras", termo espanhol, cunhado no México, que se refere às fábricas estrangeiras que se deslocam para a fronteira do México com os Estados Unidos só para usar a mão-de-obra barata e desorganizada do país, sem trazer nenhum avanço tecnológico para o mesmo. (Nota da *IHU On-Line*)

³ Carta do IEDI: publicada no dia 06-03-2007. Disponível em: www.iedi.org.br (Nota da *IHU On-Line*)

relação às estatísticas do próprio IBGE¹, de qual foi em cada um desses setores a relação entre o valor adicionado e a produção bruta. O que se constata é que desses setores, apenas alguns poucos, sete ou oito, mostraram aumento do valor e quase todos eles são relativos a recursos naturais, como refino de petróleo, papel e celulose. Enquanto isso, os setores de tecnologia elevada, como eletrônicos, automóveis, caminhões, ônibus, estão atravessando um período de grave desindustrialização, no sentido de que eles continuam a produzir, mas cada vez mais com insumos importados do exterior.

***IHU On-Line* - Para esses outros setores, quais serão as principais desvantagens com a desindustrialização?**

Rubens Ricupero - Para o setor em si, pode não ser mal porque ele importa insumos baratos e consegue reduzir o seu custo. O problema é que ele não gera emprego e nem gera valor dentro do Brasil porque esses produtos vêm de fora e a única coisa que ele agrega aqui é o salário dos trabalhadores que vão montar esses produtos. Mas, ao fazer isso, esse setor obviamente não está contribuindo nem para expandir a oferta de empregos no Brasil, nem para disseminar uma melhor tecnologia dentro do país, porque a tecnologia já vem embutida dentro do produto que está pronto. O México já tem, há muitos anos, tudo isso que os comentaristas ortodoxos aqui desejam para o Brasil. Ele já tem o grau de investimento e há 12 anos um acordo de livre

¹ **IBGE:** O IBGE é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos centrais. O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, sendo responsável por oferecer uma visão completa e atual do País. (Nota da *IHU On-Line*)

comércio com os Estados Unidos, que é o NAFTA², mas ele cresce o mesmo ou menos que o Brasil, porque tem pouquíssimo valor agregado. Os países que crescem são aqueles que agregam valor. Infelizmente, nós temos uma política econômica que, devido à taxa de juros e à taxa de câmbio extremamente valorizada, é muito desfavorável à agregação de valor. Uma das explicações do desemprego estrutural do Brasil manter-se teimosamente em torno de 10% é justamente essa, porque os setores que estão exportando e se expandindo, setores de produtos básicos, empregam muito menos do que a indústria e não assimilam a força de trabalho que chega ao mercado.

***IHU On-Line* - No artigo “A desindustrialização como projeto”, o senhor afirma que de 1998 para cá os saldos de commodities agrícolas e minerais têm sido capazes de compensar os déficits em manufatura. Com a desindustrialização das empresas que estão investindo cada vez menos em tecnologia, o senhor acredita que a tendência para os próximos anos é investir mais em *commodities* no país?**

Rubens Ricupero - Infelizmente, porque não há nenhum sinal de mudança da política brasileira. A política macroeconômica teria que mudar. A taxa de juros teria que ser muito menor do que é. Seria necessário tomar medidas para evitar a valorização da apreciação da moeda e, se necessário fosse, criando uma taxa sobre capitais especulativos, procurando ajudar os setores industriais mais afetados, como por exemplo, o setor calçadista no Rio Grande do Sul, com alívio importante da carga de impostos com financiamentos

² **NAFTA:** (North America Free Trade Agreement) foi iniciado em 1988, por norte-americanos e canadenses, e através do Acordo de Liberalização Econômica, assinado em 1991. Em 13 de agosto de 1992, o bloco recebeu a adesão dos mexicanos. O NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994. São Países-Membros do grupo: Estados Unidos, Canadá e México. (Nota da *IHU On-Line*)

para modernizar cada vez mais os equipamentos. Seria preciso um trabalho muito vigoroso para evitar que esses setores fossem sacrificados pelas *commodities* e quem sabe até mesmo criar um imposto de exportação sobre as *commodities*.

As desvantagens da dependência das *commodities*

O que está acontecendo aqui conosco finalmente é justamente o que os economistas chamam de doença holandesa¹. A possibilidade de exportar esses produtos básicos e essas *commodities* cujo preço sempre melhora no exterior, valoriza muito a moeda e desestimula a exportação de outros tipos de produtos. Isso continuando durante muito tempo, vai tornar o Brasil muito vulnerável, porque há duas desvantagens grandes em depender das *commodities*: primeiro porque as *commodities* são extremamente vulneráveis às oscilações da economia mundial. A segunda desvantagem é que já existem trabalhos, sobretudo do grande economista Nicholas Kaldor², dos anos 1950, que mostram que o fator que realmente permite a rápida melhoria da produtividade, a disseminação da produtividade pela economia e o aumento de emprego é sempre o desenvolvimento do processo industrial, até mesmo a agregação de valor nas *commodities* das matérias primas. E nós, à medida que ficamos cada vez mais dependentes de exportações de produtos primários de baixo nível de

¹ **Doença holandesa ou Dutch disease:** é um conceito econômico que tenta explicar a aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A teoria prega que um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais irá desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. (Nota da *IHU On-Line*)

² **Nicholas Kaldor (1908-1986):** foi um importante economista húngaro. De suas obras, destacamos *Ensayos sobre el valor y la distribución* (Madrid: Tecnos, 1973). Kaldor também foi professor na London School of Economics e posteriormente no Kings College de Cambridge. Especializou-se em desenvolvimento, sendo assessor de vários países subdesenvolvidos. (Nota da *IHU On-Line*)

elaboração, não vamos nos beneficiar disso. É isso que explica cada vez mais o baixo crescimento da economia brasileira e o alto nível de desemprego.

***IHU On-Line* - Muitos especialistas afirmam que um dos principais motivos para a desindustrialização no país se deve às substituições de produção local pela importação. Qual é a sua avaliação?**

Rubens Ricupero - Isso está ocorrendo, e basta ver as estatísticas. As exportações pela primeira vez superaram cem bilhões de dólares e quando se examinam as importações se vê que o peso maior é dos produtos de consumo durável. Portanto, não é como se está querendo fazer crer. Então, nós estamos exportando empregos. Com isso, vamos ter cada vez menos mercado interno para a nossa própria produção, porque vamos atender o nosso consumidor com produtos que vêm de fora, produzido por trabalhadores de fora. Isso é possível porque as *commodities*, enquanto estiverem se vendendo, permitem pagar isso. Mas não haverá dentro do país um processo de modernização da produção, de melhoria das técnicas e nem, sobretudo, oferta de empregos. Nós continuaremos com alto grau de marginalização. O passado brasileiro foi isso. Estamos trocando nosso futuro por nosso passado. Durante muitos anos, o Brasil dependia apenas do café. Até meados de 1950, 73% da renda de exportação brasileira vinha do café, e este pagava todo o resto. Estamos voltando a esse processo, de um país ainda com uma economia de tipo colonial.

***IHU On-Line* - O senhor não acredita que possa ocorrer uma reestruturação da indústria brasileira?**

Rubens Ricupero - Com essa política atual não. Não há nenhum sinal. O primeiro indicador que mostraria a reestruturação da indústria seria a taxa de investimento. Ora, as novas cifras mostradas pelo IBGE mostram que a taxa de investimento brasileiro ainda é menor do que se

imaginava. Nós pensávamos que fosse de 19%, que é muito menos que os 25% que nós investíamos no produto na época em que investíamos muito. O que se vê é que nós estamos com uma taxa por volta de 16%, que é muito baixa. Então, com uma taxa dessas não pode haver nem crescimento sustentável e muito menos a reestruturação da indústria.

IHU On-Line - Além das altas taxas de juros, o senhor atribui a decadência da indústria às décadas perdidas ou semiperdidas. Poderia falar um pouco sobre isso?

Rubens Ricupero - Foram justamente os dois choques do petróleo e depois a crise da dívida que aceleraram os problemas macroeconômicos e deixaram o Brasil estagnado e com inflação. Nós só conseguimos sair disso com o esforço de estabilização monetária com o plano real, mas não conseguimos nunca completar esse processo de mudança do modelo, porque nós, até então, tínhamos um modelo que era mais aquele modelo do passado, de uma economia mais fechada na base de substituição de exportação. Nós teríamos que ter evoluído para um modelo novo, com baixa inflação e estabilidade macroeconômica, mas com indicadores que permitissem o aumento do investimento e a melhoria da capacidade competitiva para a indústria importar. Mas isso dependia fundamentalmente de uma redução sensível na taxa de juros. Então, existe aí um problema muito grave de erros de política macroeconômica. E, nesse ponto, eu não faço distinção entre os governos de FHC e de Lula. Acho que tanto o governo anterior quanto o atual seguiram basicamente a mesma política.

Um suave fracasso

O Brasil é um suave fracasso. Ele não é um fracasso de tipo catastrófico, como foi a política Argentina, de Carlos Menem¹, do Cavallo². O Brasil, devido a essa política

¹ Carlos Menem (1930): foi presidente da Argentina de 8 de julho de 1989 a 10 de dezembro de 1999 pelo Partido Justicialista (Peronista).

monetária mais cautelosa em relação aos juros, evita esse tipo de crise, mas ao mesmo tempo mantém a economia de uma forma muito medíocre. Uma economia que cresce menos do que a média mundial, do que a média na América Latina e não consegue gerar emprego, não consegue melhorar o conteúdo tecnológico da indústria, que vai se assinalando apenas pela capacidade de exportar matérias-primas. Então, não é uma catástrofe, mas tem que ser considerada um fracasso, embora suave, porque a meu ver, o fator fundamental para julgar qualquer economia é a capacidade que essa economia tem de resolver o problema do emprego. Uma economia que não consegue resolver o problema do emprego, da melhoria da renda para todos os setores da população, sem dúvida nenhuma, só pode merecer a qualificação de um fracasso.

IHU On-Line - No ano passado, o país apresentou queda do emprego de -5,4% no vestuário, -13,2% nos calçados e -6,9% nas máquinas e equipamentos. Aqui na região do Vale dos Sinos, que corresponde aos municípios de São Leopoldo, Campo Bom e Sapiranga, nos três primeiros meses desse ano mais de quatro mil funcionários foram demitidos. Os empregos do Brasil estão migrando para outros países? De que maneira isso afeta no agravamento da desindustrialização?

Rubens Ricupero - Isso infelizmente é uma tragédia para nós. Eu estive no Rio Grande do Sul há uns três anos e pude conversar muito com as pessoas do setor calçadista. Naquela época, havia uma certa esperança de recuperação porque foi antes dessa tendência de

Eleito presidente por dois mandatos consecutivos, após alterar a Constituição, Menem é considerado o grande responsável pela crise político-econômica da Argentina em 2001. (Nota da *IHU On-Line*)

² Domingos Cavallo (1946): foi Ministro da Economia no governo de Carlos Menem. Cavallo implantou o plano econômico do governo Carlos Menem, que consistiu na equivalência do peso argentino como o dólar estadunidense por lei. Implantou também o consenso de Washington, na Argentina. (Nota da *IHU On-Line*)

valorização excessiva do real. Depois a coisa se agravou. Recentemente eu estive na China, em Shanghai, e nosso cônsul geral lá me contou que boa parte da comunidade brasileira, que aumentou muito naquele país, é formada de gaúchos que foram contratados como técnicos para a indústria de calçados da China e que estão morando lá com suas famílias. Eles têm férias e vão para o Rio Grande do Sul de vez em quando, mas levaram para lá todo o *know how*¹ que a indústria gaúcha possuía, o que é uma coisa trágica para nós, brasileiros. Os melhores elementos, que construíram a solidez dessa indústria, hoje estão sendo capturados, contratados pelos chineses que os levam para lá, utilizam os nossos couros e acabam dominando os mercados mundiais. É uma tristeza a gente ser obrigado a constatar isso.

***IHU On-Line* - Como o senhor classificaria o PAC? O que ele tem de bom e quais são suas lacunas?**

Rubens Ricupero - O PAC² é uma iniciativa correta no sentido de tentar retomar a capacidade de investimento do estado brasileiro e de gerar um crescimento econômico melhor. Mas ele não é nada inovador. Como todo mundo sabe, é apenas uma reunião de projetos que já existiam e mesmo o aumento da capacidade de investimento do estado que ele sugere é pequeno para elevar o crescimento para algo com 1,5% do PIB. Como indutor de investimentos do setor privado, o PAC só terá êxito se conseguir revelar uma capacidade gerencial e administrativa de fazer com que esses projetos saiam do papel. Até hoje o governo tem tido baixa capacidade de gerenciamento, tanto que nós podemos ver que determinados projetos, que poderiam alavancar grandes investimentos, como a lei do gás, a lei do saneamento

básico, até hoje não foram aprovados. Continua-se a notar que o governo é muito dividido e tem uma baixa capacidade de operacionalizar esses projetos. Por isso, é difícil ser otimista sobre o PAC. Até agora não se conseguiu ver nada. Talvez no ano que vem já seja um pouco mais sensível. A idéia é boa, mas que depende de uma capacidade de ação que até agora o governo não revelou possuir.

***IHU On-Line* - O senhor tem afirmado que o aquecimento global significa uma grande oportunidade para o Brasil. Poderia explicar?**

Rubens Ricupero - O que eu procurei mostrar em vários artigos é que o único setor em que o Brasil é uma potência universal é o meio ambiente, porque o País não é uma potência industrial. Estamos vendo que, em termos de matéria econômica, ele cresce muito menos do que a China, a Índia e outros países. Não é uma potência militar nem nuclear, nem precisa ser, nem deve ser. Agora, na área ambiental, o Brasil é incontornável no sentido de que não se pode ter nenhuma solução para o problema do aquecimento global e para os problemas ambientais em geral, sem passar por ele, porque o Brasil tem a maior floresta tropical do mundo, que é a Amazônia. Em segundo lugar, ele detém a maior reserva de água doce disponível no planeta, cerca de 15%; em terceiro lugar, porque ele tem uma das maiores biodiversidades do mundo; em quarto, porque ele tem uma experiência com o etanol, que é único combustível alternativo que tem funcionado em larga escala; e em quinto lugar porque a equação energética brasileira é uma equação limpa, isto é, a maioria da eletricidade e da energia no Brasil é gerada por hidroeletricidade, com exceção de alguns casos. Então, a soma desses fatores todos faz com que a solução dos problemas ambientais do mundo tenha que passar por nós, porque nós precisamos reduzir rapidamente o nível de acúmulo de gases de efeito estufa. Isso se faz com economia de

¹ **Know how:** é o conhecimento de como executar alguma tarefa.
(Nota da *IHU On-Line*)

² **PAC:** é o Programa de Aceleração de Crescimento, plano econômico do Governo Federal Brasileiro, criado em 2007 com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país. (Nota da *IHU On-Line*)

energia, com substituição de combustíveis fósseis, e se faz pondo fim às queimadas da Amazônia. O Brasil é, hoje, o quarto maior responsável pela emissão de gases. O primeiro é o Estados Unidos, o segundo a China, e o terceiro a Indonésia, também por causa de queimadas. Então, se o Brasil conseguir resolver esse problema negativo que o afeta, que são as queimadas na Amazônia, ele terá condições de ter nos fóruns internacionais uma política muito menos defensiva, muito mais pró-ativa. Hoje em dia, pelo Protocolo de Kyoto¹, é possível a um país que executa projetos de economia de energia, de economia de queima de carbono, adquirir crédito que pode ser rendido aos países que precisam atingir uma meta de redução de emissões e que não conseguem fazer isso por esforço próprio. Então, esses países podem ter isso como uma fonte de renda. O Brasil tem feito isso em larga escala com muitos projetos que estão em execução, sobretudo, de reflorestamento. Mas, devido à resistência brasileira, no Protocolo de Kyoto nunca se pode incluir as florestas já existentes como fonte de crédito de carbono, porque o Brasil não

¹ **Protocolo de Kyoto:** O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá, em outubro de 1988. O protocolo é constituído de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global. (Nota da *IHU On-Line*)

quis amarrar suas mãos, porque achou que isso significaria uma obrigação de não destruir a floresta. Então, devido a essa visão equivocada das coisas, o Brasil acabou perdendo essa oportunidade. Mas agora vai haver uma nova negociação no ano de 2012. Já existem opiniões, por exemplo, como a do economista do Banco Central, Nicholas Stern², que defende a idéia de que o mundo deveria pagar a países como o Brasil para manter as florestas.

² **Nicholas Stern:** economista britânico do Banco Mundial, dirigiu um estudo encomendado pelo governo Britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos. O relatório resultante desse estudo foi apresentado ao público no dia 30 de Outubro de 2006 e contém mais de 700 páginas. Esse é um dos primeiros estudos encomendados por um governo sobre o assunto a um Economista e não a um cientista da área. No sítio da *IHU On-Line* pode ser conferida a entrevista que Stern concedeu à revista *Veja*, no dia 08 de novembro de 2006, intitulada *O alerta global*. (Nota da *IHU On-Line*)